

11 de abril de 2018

- **Deputados federais do Rio de Janeiro se reúnem com ministro da Defesa e com interventor federal***
- **Marinha avança no LABGENE e lança equipamentos para produção de combustível nuclear**
- **Law Enforcement Response Team: Uber auxilia a Segurança Pública em investigações**
- **Brasil desiste da Missão de Paz na República Centro Africana (MINUSCA)**

Deputados federais do Rio de Janeiro se reúnem com ministro da Defesa e com interventor federal*

Brasília, 10/04/2018 - Deputados federais do Rio de Janeiro se reuniram nesta terça-feira com o ministro da Defesa interino, Joaquim Silva e Luna, e com o interventor federal e comandante Militar do Leste, general Walter Braga Netto, para uma conversa de acompanhamento das ações voltadas à segurança no Estado.

No encontro, que também contou com a presença do atual secretário de Segurança do Rio, general Richard Nunes, o interventor federal detalhou aos deputados as ações já realizadas, como intensificação no patrulhamento, treinamento de policiais militares, medidas estruturantes e ações sociais.

O general Braga Netto destacou ainda dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) que mostraram queda em alguns índices de violência durante o feriado de semana santa deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado.

O general também falou sobre as ações que contam com o apoio de tropas das Forças Armadas, por meio de uma operação de garantia da lei e da ordem (GLO) em curso no Estado. Segundo ele, esse suporte é dado para ampliar a sensação de segurança e para permitir que os policiais militares possam realizar cursos de reciclagem, o que é considerado fundamental para qualquer profissional da área de segurança.

“Para nós, o grande avanço, até agora, é esse: as polícias estão motivadas e voltando a contar com o respeito da população”, disse o general, lembrando que o grande objetivo da intervenção federal é estruturante e busca fortalecer as forças de segurança estadual e municipal.

Os deputados agradeceram o empenho da equipe do Gabinete de Intervenção Federal (GIF) e parabenizaram os militares pelo trabalho, especialmente pelas últimas ações que culminaram na prisão de mais de cento e quarenta pessoas suspeitas de ligação com milícias e, também, pelas medidas de valorização da Polícia Militar.

Os parlamentares ainda destacaram o suporte do ministro da Defesa, que por sua vez também cumprimentou a bancada fluminense.

"O Rio de Janeiro, hoje, coube nesta sala. Quero cumprimentar a todos os parlamentares pelo comprometimento, independentemente de partido, com a segurança do Estado", disse o ministro Silva e Luna.

Ele aproveitou a ocasião e reiterou que o Ministério da Defesa está a disposição do Congresso Nacional para realizar qualquer tipo de reunião de acompanhamento sobre as ações da intervenção federal.

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 11 de abril

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/41607-deputados-federais-do-rio-de-janeiro-se-re%C3%BAnem-com-ministro-da-defesa-e-com-interventor-federal>

Marinha avança no LABGENE e lança equipamentos para produção de combustível nuclear

Por Davi de Souza

O projeto do Submarino Nuclear Brasileiro (SN-BR) vai avançar. A Marinha do Brasil se prepara para neste mês para dar um novo passo na construção do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), no Centro Experimental Aramar, em Iperó (SP). Até o final de abril, está previsto o início do funcionamento de um turbo-gerador no compartimento das turbinas, que simboliza o começo das medidas de desempenho do LABGENE, trazendo informações para os ajustes necessários e subsídios adicionais ao SN-BR. O projeto básico do submarino nuclear passa hoje pelo período de interfases, para posteriormente se dar início ao detalhamento do projeto e o início da construção.

Como se sabe, no LABGENE serão testados sistemas navais para propulsão a vapor, principalmente na parte nuclear, o que é vital para o submarino nuclear. O SN-BR possui uma já conhecida importância estratégica para a defesa do território brasileiro, mas os seus benefícios já são desfrutados pelo País muito antes de seu lançamento. Para poder desenvolver o ativo, a Marinha alcançou o domínio do ciclo completo do combustível nuclear e a tecnologia de construção de reatores no final da década de 1980. Ou seja: o processo de construção do submarino incentivou o desenvolvimento tecnológico e científico brasileiro.

Além do LABGENE e do SN-BR, outro importante empreendimento em curso da Marinha é o Complexo Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro. Ao todo, serão quatro submarinos convencionais mais o nuclear desenvolvidos no local, tornando o município fluminense no coração do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

Até o momento, foram realizadas cerca de 65% das obras da infraestrutura industrial de apoio à construção, operação e manutenção dos submarinos, com expressiva parcela de nacionalização de processos, materiais e equipamentos.

O complexo abrigará uma série de estruturas importantes: a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), o Estaleiro de Construção, o Estaleiro de Manutenção e a Base Naval, onde haverá um Centro de Instrução para as tripulações dos submarinos, além de um Complexo Radiológico.

30 ANOS DO ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO NO BRASIL E REATOR MULTIPROPÓSITO

Em janeiro, o primeiro submarino convencional Riachuelo (S-BR) foi transferido para a UFEM do Complexo de Itaguaí. No mês seguinte, em evento com a presença do presidente Michel Temer, se deu início à montagem final do ativo naval, que será lançado este ano ao mar. Ainda para 2018, está prevista a conclusão do Estaleiro de Construção. Já o término do Estaleiro de Manutenção e da Base Naval deve ocorrer em 2020, e do Complexo Radiológico em 2026.

O ano de 2018 será importante em vários sentidos para os projetos nucleares da Marinha, que inaugurará em breve uma cascata com ultracentrífugas mais modernas. Para quem não sabe, estes equipamentos desenvolvidos pela Marinha são usados pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para produzir o combustível das usinas de Angra dos Reis (RJ). E no segundo semestre, está prevista também a instalação e o comissionamento da cascata 8.

A propósito, neste ano, a Marinha pretende comemorar os 30 anos do domínio do enriquecimento do urânio por ultracentrifugação com um grande evento. A princípio, o

encontro está programado para julho, no Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA), que fica localizado na cidade de Iperó. Na ocasião, será lançada a pedra fundamental das instalações do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), cujas instalações serão ao lado do CINA. Os trabalhos técnicos desse reator são coordenados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em parceria com a Marinha, por meio da Amazul e da Fundação Pátria. O RMB é outro grande projeto de interesse para o Brasil, porque vai tornar o País autossuficiente na produção de radioisótopos, utilizados no tratamento e diagnóstico do câncer.

O órgão dentro da Marinha responsável pela estratégia de suas atividades científicas, tecnológicas e de inovação é a Diretoria-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico, comandada pelo Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior. No final deste mês, no dia 24, às 18h, o militar participará de um evento no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, para fazer um balanço do programa nuclear da Marinha e apresentar dados e detalhes do desenvolvimento de submarinos convencionais e nuclear.

Fonte: Petronotícias

Data da publicação: 09 de abril

Link: <https://petronoticias.com.br/archives/110268>

Law Enforcement Response Team: Uber auxilia a Segurança Pública em investigações

Por Roberto Caiafa

Em participação no VII Seminário de Segurança na Feira Internacional de Segurança Pública e Cooperativa – LAAD 2018, realizado nesta terça-feira (10), em São Paulo, a Uber disse que pretende disponibilizar recursos tecnológicos do aplicativo para auxiliar investigações conduzidas por órgãos de segurança pública e judiciais do Brasil.

“A Uber se coloca à disposição das autoridades competentes para colaborar da melhor forma com a base de dados acumuladas em nossas viagens, que são sempre monitoradas por GPS. Nos trâmites da lei e respeitando o Marco Civil, que assegura a privacidade dos dados dos cidadãos brasileiros, podemos ajudar com informações que podem ser cruciais em uma investigação”, declarou Stella Chamarelli, gerente de segurança da Uber na América Latina, que destacou a importância de haver um canal de comunicação direto entre a empresa de tecnologia e autoridades policiais.

“Temos uma equipe pronta para atender essas solicitações, que pode sempre ser contatada com um simples e-mail. Quando mais detalhes tivermos, como local e horário da ocorrência, mais chances temos de buscar resultados que sejam conclusivos e de fato auxiliem nas investigações”.

Durante o evento, Stella mostrou casos que conseguiram ser solucionados com a ajuda da plataforma em Londres, Santiago e Cidade do México. Em 2017, na capital inglesa, a Uber identificou dez motoristas parceiros que se tornaram testemunhas-chave porque estavam próximos à Ponte Westminster quando um terrorista atropelou um grupo de pessoas. A gerente de segurança também disse que a Uber pode oferecer aos agentes de segurança mapas de calor regionais baseados em ocorrências de violência urbana relatadas por motoristas e usuários.

Durante a LAAD, a Uber também apresentou, em primeira mão, sua tecnologia de prevenção de riscos em tempo real que, a partir da análise de dados de milhões de viagens realizadas diariamente, pode bloquear viagens consideradas potencialmente mais arriscadas.

Fonte: Tecnologia e Defesa

Data da publicação: 11 de abril

Link: <http://tecnodefesa.com.br/law-enforcement-response-team-uber-auxilia-a-seguranca-publica-em-investigacoes/>

Brasil desiste da Missão de Paz na República Centro Africana (MINUSCA)

Por Roberto Caiafa

Intervenção Federal no Rio de Janeiro e a Crise Humanitária em Roraima (Fronteira Brasil-Venezuela) são os principais motivos alegados, mas o temor de entrar despreparado em um conflito de graves proporções acabou falando mais alto: faltam veículos blindados leves, proteção extra para a tropa e inúmeros outros implementos tecnológicos necessários.

Por MATHIAS ALENCASTRO E FABIO VICTOR (Piauí/UOL)

Dado como certo até o final do ano passado, o envio de tropas brasileiras para a missão de paz da ONU na República Centro-Africana foi cancelado pelo governo brasileiro. A intervenção federal na área de segurança no Rio monopolizou a atenção e o orçamento do governo para as Forças Armadas junto com o deslocamento de soldados para atender a situação de emergência de refugiados venezuelanos na fronteira com Roraima.

O Exército também avaliou que o Brasil poderia estar se metendo numa enrascada militar e diplomática. Dentro da comunidade internacional, a República Centro-Africana tem fama de “Vietnã africano”, com um inimigo mal identificado, espirais bruscas de violência e até ataques com facas a soldados. A missão da ONU no país – chamada Missão Multidimensional para a Estabilização da República Centro-Africana, a Minusca – começou em 2014, mas não livrou o país de uma guerra civil de caráter tribal. Em 2017, catorze capacetes azuis foram assassinados em ataques de grupos armados contra

populações civis em áreas que supostamente estariam sob controle das forças da Minusca.

Com a destinação, desde 16 de fevereiro, de todo o efetivo do Comando Militar Leste, de até 30 mil homens ao custo de cerca de 1,2 bilhão de reais, a intervenção no Rio na prática inviabilizou a participação do Brasil na que seria sua missão internacional mais relevante desde o Haiti (entre 2004 e 2017). Em novembro passado, o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann chegou a dar como fato consumado o deslocamento de soldados à República Centro-Africana e falou em enviar “1.000 homens” ao país.

Antes mesmo da intervenção, a percepção brasileira de que seria mau negócio desembarcar na República Centro-Africana começou a se estabelecer após o envio da missão de reconhecimento brasileira, no começo do ano. Na avaliação dos dez oficiais que estiveram na RCA entre 21 de janeiro e 3 de fevereiro, havia chances consideráveis de baixas, num país de terreno acidentado e com logística precária, agravadas pelas fortes chuvas desta época do ano. Os relatos solidificaram a rejeição do Alto Comando do Exército à missão, cujo maior defensor era Jungmann.

As dificuldades enfrentadas pelos países participantes da missão também foram consideradas para a desistência. Ao longo dos últimos anos, as tropas das Nações Unidas no país, chefiadas pela França, vêm sendo acusadas de participação em episódios de violência – em 2017, dezesseis capacetes azuis franceses foram inocentados de uma acusação de estupro de quatro meninos de 9 a 13 anos, e o Gabão teve de retirar seus 450 soldados do país, por terem assumido um papel central na organização do tráfico humano e sexual, segundo fontes da ONU.

Além da intervenção no Rio, parte das tropas elegíveis para a missão africana foi empregada na assistência aos refugiados venezuelanos em Roraima. Em fevereiro, o Exército Brasileiro duplicou o seu contingente na fronteira, passando para 200 soldados. Além disso, duas semanas depois da intervenção militar no Rio, em 9 de março, uma

medida abriu crédito no valor de 190 milhões de reais em favor do Ministério da Defesa para assistência emergencial a venezuelanos no Brasil. Estava pavimentado o caminho para justificar o abandono da missão de paz.

A desistência repercutiu negativamente na ONU. Durante as discussões para a renovação do mandato da Minusca, em novembro, o Conselho de Segurança aprovou o aumento do número de tropas, já contando com a entrada de cerca de 900 militares brasileiros. Para compensar a ausência brasileira, a ONU teve de encontrar o que diplomatas no departamento de missões de paz das Nações Unidas em Nova York chamaram de “solução de remendos”. Agora, a missão negocia a entrada de novos contingentes, como os de Ruanda e Portugal, que iniciaram suas atividades nos últimos meses. Essa solução de compor o Exército com pequenos e médios contingentes de diversos países era evitada pela ONU, que procurava a todo custo um parceiro de grande porte para dar densidade ao corpo de capacetes azuis.

Estava claro, desde o início, que a Minusca precisava mais do Brasil do que o contrário, o que teria colocado os oficiais brasileiros em posição de força na mesa de negociações. “A decisão do Brasil de se retirar tem fundamentos”, disse uma diplomata de um país-membro do Conselho de Segurança, citando as dificuldades crescentes da ONU em montar as missões de paz. “Mas a forma como ela foi anunciada causou estragos.” Para ele, o recuo do governo pode comprometer a credibilidade e a influência do Brasil dentro do alto comando da ONU, num momento em que o Conselho de Segurança pode ser acionado a qualquer instante sobre a Venezuela.

A discussão de uma missão do Brasil na África começou em 2014, quando o governo Dilma Rousseff descartou uma sondagem da ONU para enviar tropas ao Sudão do Sul, mas deixou a porta aberta para negociações quando o Brasil saísse do Haiti – operação que se esticou por catorze anos e tornou o Exército brasileiro cobiçado para missões de paz internacionais. O assunto foi retomado às vésperas da conclusão da missão no país caribenho, quando a ONU apresentou a Jungmann, três operações nas quais tropas

brasileiras poderiam ser incorporadas: Chipre, Líbano e República Centro-Africana, que parecia a mais apropriada. O Brasil vinha desenvolvendo uma presença nas missões de paz nos vizinhos Sudão e na República Democrática do Congo, tinha boa reputação entre as autoridades africanas e pretendia aumentar a sua influência no Atlântico Sul e, em particular, no Golfo da Guiné, por meio do qual as tropas brasileiras desembarcariam na República Centro-Africana, via Camarões.

O Exército Brasileiro tinha interesse em manter-se presente no palco internacional. Fonte de prestígio, treino e dinheiro, a indústria das missões de paz tem entre os seus principais clientes os exércitos de países em desenvolvimento envolvidos em conflitos latentes: Ruanda, Índia, Bangladesh, Etiópia e Paquistão formam quase 40% do contingente de 110 000 capacetes azuis. A ONU não só reembolsa generosamente uma parte das despesas militares dos países envolvidos, como as suas missões também oferecem boas condições de treino e até um certo glamour. Profundamente marcado pela experiência no Haiti, o Exército almejava passar rapidamente da Minustah para outra missão da ONU – inclusive para preservar dos cortes as conquistas obtidas na era Lula, como o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, o CCOPAB, no Rio de Janeiro.

O crescente ativismo militar na política externa, no entanto, criou preocupação entre os diplomatas do Itamaraty, que não queriam perder seu domínio. Desde a missão no Haiti, adidos militares passaram a fazer parte da equipe das embaixadas e das missões brasileiras em organizações internacionais. Quando o Painel Independente de Alto Nível Sobre Operações de Paz se reuniu para deliberar sobre evoluções institucionais em 2015, o general Floriano Peixoto, ex-comandante da missão no Haiti, representou o Brasil. Esse ganho de visibilidade dos militares acontecia ao mesmo tempo da perda de influência dos diplomatas. Enquanto o governo de Luiz Inácio Lula da Silva entendia as missões de paz como parte de uma estratégia diplomática ampla, cujo objetivo em última instância era um lugar no conselho de segurança, os governos de Dilma Rousseff e agora de Temer as veem como uma demanda operacional e financeira das Forças

Armadas, na qual a diplomacia tinha papel secundário. Em novembro, o Itamaraty viu com desconforto o ministro Jungmann e o general Lacroix, chefe das missões de paz na ONU tratarem a participação do Brasil na Minusca – agora abandonada – como um fato consumado.

Com a desistência da participação na República Centro-Africana, o Brasil deve enviar um general para outra missão de paz das Nações Unidas, no Congo, para assumir uma posição de prestígio – a de comandante da força – e tentar preservar a imagem brasileira no círculo militar da ONU. Uma tentativa de impedir a consolidação da narrativa de que o governo Temer foi incapaz de deixar legado na política externa, depois de fracassar em suas três principais metas: a entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o avanço das negociações para o acordo de livre-comércio entre a União Europeia e o Mercosul, e o lançamento de uma nova missão de paz na ONU.

Fonte: Tecnologia e Defesa

Data da publicação: 11 de abril

Link: <http://tecnodefesa.com.br/brasil-desiste-da-missao-de-paz-na-republica-centro-africana-minusca/>

* Não mencionado o autor no texto.